

4521354

Falta de fiscalização afeta reservas ecológicas

Foto de Joaquim Nunes

A falta de fiscais e sinalização nas reservas ecológicas do Estado, sobretudo na região da Grande Vitória, advertindo os frequentadores para a necessidade de sua preservação, já regulamentada em lei, contribuiu para que ocorra uma devastação dessas áreas. Se não bastassem a exploração agrícola, queimadas para pasto e os desmatamentos, essas áreas sofrem, ainda, outros tipos de depredação da parte de pessoas não-avisadas. Às vezes pela ação de posseiros, outras pela de caçadores das poucas espécies da outrora rica fauna dessas regiões, estas reservas estão morrendo



Forno Grande possui apenas um guarda

Cachoeiro (Sucursal) — Com apenas um guarda florestal, porém sem poder de polícia para reprimir eventuais abusos contra o meio ambiente, a reserva de Forno Grande, no interior do município de Castelo, é alvo fácil da depredação por desmatamento, incêndios provocados e principalmente caça indiscriminada. Com mais de 5.000 hectares de florestas, a reserva somente conta com uma área de

um parque florestal, medindo 400 hectares. Esta medida já deveria ter sido tomada, mas o atraso — segundo explicou — deveu-se à mudança no Governo do Estado. Com a instituição do parque, o engenheiro florestal informou que serão feitas a conservação e recuperação dos recursos naturais existentes, visando à preservação da fauna e da flora.

Além disso, a prefeitura — em

meios para aplicar multas aos depredadores, enquanto que as denúncias levadas ao IBDF também não encontram resposta efetiva por falta de maior número de fiscais. Mesmo assim, garantiu que o trabalho que vem sendo exercido na área já controlou 80% dos desmatamentos.

A caça predatória constitui o grande desafio da Prefeitura de Castelo em relação à reserva de Forno Grande, pois, segundo Re-

Vítimas de ignorância da parte de pessoas desavisadas, ou de disputas imobiliárias, as reservas ecológicas do Estado, como a de Jacarenema, em Vila Velha, estão ameaçadas. Em Forno Grande, Castelo, há apenas um guarda florestal para impedir a ação depredadora sobre a flora e a fauna da região. Lugares como o Mestre Álvaro, na Serra, são alvo de queimadas e se transformam em imensos pastos

ys somente conta com uma área de 200 hectares pertencentes ao Estado, que pretende desapropriar outros 200 e destinar a parte restante à preservação permanente.

De acordo com o engenheiro florestal Renato Casagrande, diretor do Departamento de Viação, Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Castelo, toda a fiscalização exercida atualmente na reserva de Forno Grande vem sendo feita pela municipalidade. Ele admitiu que o trabalho é deficiente, pois há necessidade de contratação de mais um guarda florestal, pelo menos, além de um veículo para proporcionar a inspeção na área.

Renato Casagrande adiantou que está em andamento o processo para criação em Forno Grande de

Além disso, a Prefeitura — em conjunto com o Estado — pretende colocar na reserva um técnico do Instituto de Terras e Cartografia Florestal (ITCF) e outro da Emater, os quais irão desenvolver uma campanha de conscientização junto aos proprietários que detêm cerca de 5.000 hectares de matas em Forno Grande, a fim de que eles não promovam desmatamentos ou outras formas de agressão ao meio ambiente.

Sem recursos

Ainda segundo Renato Casagrande, um dos maiores problemas na reserva de Forno Grande é quanto ao poder do guarda florestal. Disse que ele não possui sequer

Castelo em relação à reserva de Forno Grande, pois, segundo Renato Casagrande, ela ainda não foi contida por falta de uma infraestrutura para fiscalização. Disse que os animais existentes na floresta são atualmente muito escassos, mas o que resta continua sendo perseguido pelos caçadores.

Para tentar garantir o que ainda há da fauna e da flora de Forno Grande, Renato Casagrande disse que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) vai destinar Cz\$ 1 milhão para a preservação e conservação dos recursos naturais daquela área. Além disso, o Governo do Estado — segundo acrescentou — também participará com uma soma em dinheiro, com o mesmo objetivo.

Loteamento e lixo ameaçam Jacarenema

Na região sul da Grande Vitória, a Reserva Ecológica de Jacarenema, localizada na Barra do Jucu, tenta, numa disputa entre embargos e liminares, manter a sua sobrevivência. Enquanto a situação não se define, a área vem servindo para o depósito de lixo domiciliar, por particulares, e sua vegetação, está sendo gradativamente destruída.

Na reserva também não há placas ou qualquer sinalização que a indique como área de preservação ecológica, apesar de estar tutelada pela Prefeitura de Vila Velha, que a declarou área de utilidade pública; pelo Conselho Estadual de Cultura, que promoveu seu tombamento; pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que a identificou como área de preservação permanente por causa de sua vegetação — fixadora de dunas e pela Secretaria Especial de Meio Ambiente, que a declarou Reserva Ecológica.

Descaracterização

Ainda que vários órgãos lutem

pela sua preservação, a Reserva Ecológica de Jacarenema continua recebendo a ação depredadora, muitas vezes de pessoas desavisadas quanto à importância daquela vegetação, fixadora de dunas, ou seja, protege a sedimentação do solo, impedindo o deslocamento de areia, provocado pelos ventos. Já no acesso pela antiga estrada da Barra do Jucu, vários pontos à margem da estrada, ao longo da reserva, registram enormes entulhos de lixo que já fazem parte da paisagem.

Também restam vestígios da lama retirada do Canal da Costa pela Prefeitura de Vila Velha, que secou aquela área para depois servir de aterro no bairro Santa Rita. Nas proximidades da reserva, estradas abertas para viabilizar o loteamento Praia de Itaparica e o aterro da região não só estão destruindo a vegetação de restinga como também impedem a sua recuperação. Sinais de tratores e caçambas ajudam a descaracterizar Jacarenema.

O Departamento de Ações Ambientais (DAA), da Secretaria de Estado da Saúde, garante que exigirá a recomposição da vegetação destruída, com base na Lei Estadual de Meio Ambiente e com o respaldo da Secretaria Especial de Meio Ambiente. A Imobiliária Itaparica, além de recompor a vegetação, também está sob risco de pagar uma multa de 600 a 1000 OTN's, pelo não-cumprimento do embargo do órgão.

Nesta semana, o DAA promete analisar a área afetada, para que seja exigida da empresa a apresentação de um projeto de reconstituição da vegetação destruída, apesar dos biólogos garantirem que parte da flora já sofreu danos irreversíveis. A Imobiliária Itaparica, por sua vez, assegura que o loteamento não atinge a área decretada como de preservação permanente e, por isso, entrou com uma defesa junto à Secretaria Especial de Meio Ambiente, de modo a prosseguir com as obras de aterro e abertura de ruas.

Queimadas destroem o Mestre Álvaro

A reserva Florestal do Mestre Álvaro, na Serra, apesar de magestosamente instalada nos seus 833 metros de altitude, vem, aos poucos, sofrendo todo tipo de depredação. Diversas áreas tiveram sua vegetação destruída com as queimadas, tornando-se imensos pastos. A exploração agrícola clandestina de café, banana, mandioca e feijão é grande na reserva e a derrubada de árvores, como palmito branco, imburí e brejaúba, continua sendo feita, não se encontrando essas espécies com a mesma facilidade de alguns anos atrás.

Nenhuma placa ou mesmo um fiscal — do Instituto de Terras e Cartografia, ao qual compete a proteção da área — existe na reserva ecológica do Mestre Álvaro e, por isso, seus inúmeros frequentadores e exploradores permanecem ileso e desavisados quanto à destruição da área, protegida por lei desde 1976 por servir de pulmão à capital, devido à sua proximidade. Hoje, o Mestre Álvaro pode ser considerado um pulmão sem alvéolos.

preende uma área reservada de 2.216,75 ha., sendo que a montanha está a 833 metros do nível do mar. Considerada uma das áreas verdes capazes de minimizar os efeitos da poluição ambiental de Vitória, devido à sua proximidade com a capital — pouco mais de 15 quilômetros, pelo acesso do Contorno —, a Reserva Florestal do Mestre Álvaro corre o risco de perder sua função de pulmão de Vitória.

Sem explorar toda a sua dimensão, já são visíveis os efeitos da depredação que está sendo feita na região. Muitas áreas estão sendo queimadas e virando pasto para o gado existente nas imediações. Em alguns trechos, montes de madeira entulhada indicam a existência da exploração pela indústria madeireira. De árvores como gibatão, capuiba, canela, louros, palmito branco, imburí e brejaúba, antes abundantes na região, restam apenas poucos exemplares. Em outros pontos, a extração de pedras impede a conservação do mato, adequado para abrigar populações de certos animais, em extinção na área.

Os animais, os poucos existentes,

progressivamente destruído, sofrem pela ação dos caçadores, também comuns na reserva, haja vista a quantidade de armadilhas espalhadas pelo matorro. A paca tem sido o alvo predileto dos depredadores, mas, segundo os moradores da região, o mesmo já aconteceu com o veado, quati, macaco, tatu, tamanduá, cotia, jacupemba, tucano, araponga e sabiá, antes também abundantes na região.

Devido a essa ação destruidora no local, sobretudo à retirada de árvores, os moradores da região estão receosos com a ameaça da extinção do manancial de água e suas inúmeras nascentes, que não só abastecem aquela população como também são responsáveis por parte do abastecimento dos moradores da Serra, pela Cesan.

A Prefeitura Municipal da Serra, no início da administração do prefeito João Batista Motta, chegou a esboçar projetos para a fiscalização e proteção da área, juntamente com o Instituto de Terras e Cartografia (ITC), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e com a Empresa de Assistência Técnica e Rural (Emater).